



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE BANDEIRANTES
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE BANDEIRANTES - PROJUDI
Avenida Edelina Meneghel Rando, 425 - Bandeirantes/PR - Fone: (43) 3542-1739

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): ANTONIO LEMES DA SILVA – (CNPJ/MF SOB Nº 044.479.809-91) e MARIA GENY ZANGEROLAMO DA SILVA – (CNPJ/MF SOB Nº Não cadastrado).

FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCCP e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será **encerrado no dia 18 de JUNHO de 2024, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 18 de JUNHO de 2024, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação – Artigo 891, parágrafo único do NCCP).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº **0003385-67.2009.8.16.0050 de EXECUÇÃO FISCAL**, em que é exequente **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR** – (CNPJ/MF SOB O Nº 76.235.753/0001-48) e executado **ANTONIO LEMES DA SILVA** – (CNPJ/MF SOB Nº 044.479.809-91) e **MARIA GENY ZANGEROLAMO DA SILVA** – (CNPJ/MF SOB Nº Não cadastrado).

BEM: "Um terreno com a área de 160,00 m², constituindo parte do Lote nº 04, da Quadra nº 16, da Vila Bela Vista, da Cidade de Bandeirantes/PR, com as seguintes divisas e confrontações: na frente, confronta com a Rua Antônio Martins Pinhão, medindo 10 (dez) metros; no lado direito e no lado esquerdo, mede 16 (dezesesseis) metros, da frente aos fundos, confrontando, de um lado, com parte do Lote nº 03, e, do outro lado e nos fundos, com o restante do mesmo Lote nº 04. Imóvel objeto da Matrícula nº 1.287, do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes/PR. **DESCRIÇÃO DAS BENFEITORIAS:** 1ª) uma edificação em alvenaria, de padrão simples, medindo 10 metros de frente, por 5 metros de fundos, com a área de 150,00 m² (área construída não atualizada nos cadastros da Prefeitura Municipal de Bandeirantes/PR), construída em dois pavimentos, mais área térrea que contém um almoxarifado, uma pequena lavanderia e uma garagem. Nos dois pavimentos superiores existem quatro pequenas salas para escritório, com piso em revestimento cerâmico comum, dois sanitários e uma cozinha com revestimento cerâmico comum no piso e parede. Pintura em estado ruim; e 2ª) uma edificação, também em alvenaria, medindo 10 metros de frente, por cerca de 10,5 metros, totalizando 105,00 m², com cobertura com telhas romanas, contendo dois dormitórios, duas salas, uma cozinha, todos com piso em cerâmica, e um sanitário com piso e paredes revestidos de cerâmica, além de uma varanda coberta, sem forro, servindo como área garagem, churrasqueira e serviços." Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 211.1.

ÔNUS: R.11/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 67/2004, em favor da Unopar, junto a 8ª Vara Cível de Londrina; R.12/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 791/2009, em favor da Telma Paleari, junto a 3ª Vara Cível de Londrina; R.13/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 2167-33.2011, em favor do Getulio Yasuhiro Miyamoto, junto ao Juizado Especial Cível de Jacarezinho; R.14/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 503/2000, em favor do Município de Bandeirantes, junto a Vara da Fazenda Pública de Bandeirantes; R.15/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 77/1989, em favor da Fazenda Nacional, junto a Vara da Fazenda Pública de Bandeirantes; R.16/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 226/2006, em favor da Associação Franciscana de Assistência Social, junto a 1ª Vara Cível de Bandeirantes; R.17/M 1.287 – Penhora referente aos autos nº 0003385-67.2009-8.16.0050, em favor do Município de Bandeirantes, junto a 1ª Vara da Fazenda Pública de Bandeirantes; R.20/1.287 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos 0002510-63.2010.8.16.0050, da 1ª Vara Cível de Bandeirantes, conforme matrícula de evento 250.1. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega – (*Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN*).

DATA DA PENHORA: 25 de abril de 2022, conforme Termo de Penhora lavrado no evento 175.1.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 358.750,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), conforme Auto de Avaliação de evento 211.1, datada de 24 de novembro de 2022.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos **25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI – (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo,

assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC/2015).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Código de Processo Civil/2015, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado em mãos do executado ANTONIO LEMES DA SILVA, até ulterior deliberação. *Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele(a) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h:00min às 18h:00min, e aos sábados das 09h:00min às 12h:00min), após a publicação do edital.*

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L.

COMISSÃO DO LEILOEIRO Em se tratando de arrematação, corresponderão a **5%** do valor do lance, sob responsabilidade do arrematante. Remição, **2%** do valor pelo qual o bem foi resgatado, pela pessoa que realiza a remição. Transação, após designada arrematação e publicados os editais, **2%** do valor do acordo, pelo executado. Adjudicação, **2%** do valor da adjudicação, pelo credor.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: **ANTONIO LEMES DA SILVA – (CNPJ/MF SOB Nº 044.479.809-91)** e **MARIA GENY ZANGEROLAMO DA SILVA– (CNPJ/MF SOB Nº Não cadastrado)**, através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s), herdeiro(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro. (20/03/2024). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial – Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.

GUILHERME DE ANDRADE ORLANDO

Juiz de Direito